



v14, n2, 2017  
Maio-Agosto  
Dossiê Biopolítica

## **SOBRE O MÉTODO: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE ENTRE AS GENEALOGIAS DE GIORGIO AGAMBEN E MICHEL FOUCAULT [ABOUT THE METHOD: CONTINUITY AND DISCONTINUITY BETWEEN THE GENEALOGIES OF GIORGIO AGAMBEN AND MICHEL FOUCAULT]**

**Joel Decothé Junior**

Mestre em Filosofia pela UNISINOS. Participa do Grupo de Pesquisa Ética, Biopolítica e Alteridade Humana e da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos e violência, governo e governança.

E-mail: joeldecothe@yahoo.com.br

### **RESUMO**

A proposta deste artigo é a de se aproximar da questão que envolve a noção de método, nas propostas genealógicas das filosofias de Giorgio Agamben e Michel Foucault. Para tanto, propomos um itinerário epistemológico que percorre os pontos que julgamos ser nucleares, no que tange ao problema da continuidade e descontinuidade presente na dinâmica relacional, em termos de influência, que o filósofo francês tem exercido sobre o pensamento em curso do filósofo italiano. Tudo isso acaba sendo considerado, fundamentalmente, desde a perspectiva de suas reconstruções genealógicas do poder. O ponto nodal, conforme a nossa leitura, está posto substancialmente na questão da genealogia teológica da economia e do governo no que diz respeito ao pensamento de Agamben. No caso de Foucault, é na questão do biopoder que se mostra o ponto nuclear de nossa leitura. Em razão disto, matizamos o texto em três momentos centrais e que são respectivamente descritos: (i) da premissa investigativa genealógica de Agamben rumo à genealogia de Foucault; (ii) da genealogia de Foucault para releitura genealógica de Agamben; (iii) sobre o método em Agamben: as assinaturas como signos ocultos de uma realidade operativa. Por fim, fechamos o texto considerando que tanto em Agamben como em Foucault a questão do método de investigação filosófica, é de fundamental importância para que possamos compreender a construção de ambas as genealogias filosoficamente. O destaque fica posto no fato de que Agamben é um herdeiro intelectual confesso da senda aberta por Foucault, no que tange as investigações empreendidas ao logo de sua vida intelectual, no que diz respeito à questão das relações de poder que tem como objeto central de seu trabalho filosófico a categoria axiomática de vida.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Agamben; Foucault;  
Método; Genealogia; Vida

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to approach the issue which involves the notion of genealogical proposals method, of the philosophies of Giorgio Agamben and Michel Foucault. To this end, we propose an itinerary which runs the epistemological points which we believe to be, with regard to the problem of continuity and discontinuity present in relational dynamics, in terms of influence, that the French philosopher has exercised over the ongoing Italian philosopher's thinking. All this just being considered, fundamentally, from the perspective of their genealogical reconstructions of power. The nodal point, according to our reading, is substantially on the issue of theological economics and genealogy of the government with regard to Agamben's thought. In the case of Foucault, it is on the issue of biopower that shows the nuclear point of our reading. Because of this, have also morphed the text in three moments central and that are described: (i) investigative premise of genealogical Agamben towards the Eddy genealogy; (ii) the Foucault's Genealogy for genealogical retelling of Agamben; (iii) about the method in Agamben: the signatures as an operative reality hidden signs. Finally, we close the text whereas both in Agamben as in Foucault the question of the method of philosophical investigation is of fundamental importance for us to understand the construction of both genealogies philosophically. The emphasis is put on the fact that Agamben is an intellectual heir I confess the path opened by Foucault, regarding the investigations undertaken along its intellectual life, with regard to the issue of relations of power that has as its central object philosophical work the axiomatic of life category.

### **KEYWORDS**

Agamben; Foucault;  
Method; Genealogy; Life

## 1 COLOCAÇÃO DO PROBLEMA COMO PROLEGÔMENOS AS GENEALOGIAS

A filosofia talvez seja uma área epistêmica em que os periódicos impasses se tornam uma oportunidade para o confronto com o inesperado. As circunstâncias culturais, políticas e éticas geralmente são objeto de investigação de diversos filósofos contemporâneos. Porém, dificilmente algum pensador irá dar conta de todos os problemas em sua obra filosófica. No labor filosófico, vamos aos poucos nos aproximando ou sendo aproximados de diversos problemas e pensadores. Dentro deste universo de mentes filosóficas, vamos nos identificando com algumas aporias e obras filosóficas. Conforme Stein pondera “os avanços da filosofia nunca são acidentais e, no entanto, nascem, ao mesmo tempo, de lampejos geniais de homens que provocam sismos no espírito de seu tempo” (STEIN, 2005, p.37). Logo, o progresso em filosofia não ocorre apenas por meio do modo de produção cumulativo, ou seja, o progresso em filosofia não é um imperativo esquemático da lógica. O lugar originário da filosofia é a esfera do pensamento demasiadamente humano. É na vida do humano corporificado que a originalidade da filosofia se faz presente como epifania imanente. A filosofia é um campo sempre aberto que concede real sentido aos avanços dos processos lógicos, pois é daí que advém todo tipo de sensação significativa e de sentido metodológico que marca o labor filosófico crítico.

A possibilidade de se trabalhar com métodos em filosofia, só passa a ter sentido pleno, se prolépticamente acontecer à compreensão de que a noção de método em filosofia é algo que se mostra como fator, inerente, ao trabalho da própria filosofia. Logo, “a questão do método em filosofia, com efeito, já significa estar fazendo filosofia, já que isso envolve necessariamente uma concepção filosófica da filosofia” (FOLSCHEID, WUNENBURGER, 2006, p. VII-VIII). Neste texto, tomamos como tarefa e trabalho filosófico, o esforço de explicitar as discontinuidades e continuidades no que tange a questão do método genealógico de trabalho filosófico presente nas filosofias de Giorgio Agamben e Michel Foucault. Assim, fazemos uma opção metodológica para que possamos começar a nossa aproximação ao problema do método nestas filosofias, num primeiro momento pela via de abordagem agambeniana. De uma forma específica, nossa argumentação gira em torno dos problemas presentes em “*O reino e a glória*”. Para alguns intérpretes, este livro é um texto isolado na obra filosófica de Agamben. Contudo, não concordamos com tal postura hermenêutica, pois temos presente neste texto uma genealogia dos desdobramentos daquilo que virá a ser denominado de liberalismo político, isto desde a noção de teologia econômica. Neste campo metodológico, o texto “*O reino e a glória*” se diferencia das abordagens encontradas na obra “*Homo Sacer I*”, onde tínhamos a concepção clara de uma soberania pautada a partir da teologia política forjada pela jurista germânico Carl Schmitt.

Apesar de existir certa distinção metodológica entre as propostas gerais destas obras, concomitantemente, ocorre certa complementariedade, pois a soberania e o governo, “conceitos nucleares presentes em “*O reino e a glória*”, acabam formando os dois mecanismos que definem a máquina política do Ocidente” (CASTRO, 2011, p.



98). Tais mecanismos se articulam entre si por meio da categoria de glória que antecede teologicamente, a normatividade consensual do contrato estabelecido pelos modernos. Agamben denota que a noção de vida eterna é o centro inoperoso da condição humana. O método genealógico de Agamben tem a sua força legitimada, quer seja na abordagem de categorias ontológicas como é o caso da noção de *“resto e inoperosidade”*. Assim como em categorias políticas, como pode ser visto, por exemplo, nas noções de máquina governamental ou de máquina antropológica que produz o ser humano. Ao pensarmos no caso da abordagem genealógica de Foucault, o que predomina é a cópula vigente entre a fórmula: verdade e poder. Para dar conta desta dinâmica o filósofo francês também utiliza o método genealógico. A genealogia de Foucault se desdobra em três direções epistemológicas distintas, mas que rumam para a mesma direção.

Para Foucault, existe uma relevância em descortinar os processos de formação dos discursos e das regras que forjam a verdade e as suas condições de validade que tem variações históricas. De fato Foucault se ocupa em desvelar as condições de saber que operam para a ação da ciência como um suporte histórico. Investigar as condições de como se torna possível a introjeção da verdade no campo do poder, é uma tarefa que o filósofo francês leva a cabo em sua metodologia de investigação genealógica. Nesta pesquisa o que se toma como caminho investigativo é a via da genealogia propriamente dita. Em Foucault identificamos que, “o poder se perpetua por causa dos processos onde o sujeito age de uma forma anônima” (BATISTA, 2007, p. 180-181). Na genealogia foucaultiana, ocorre à dissolução das continuidades e colocam-se em destaque as rupturas e as mudanças de rumos. Aquilo que tem importância de fato neste via, portanto, são as descontinuidades. Foucault, não forja em seu método nexos teleológicos, pois a sua genealogia rechaça as causalidades e princípios tais como progresso e evolução. De modo que ao se articular discursos e práticas, o poder acaba se tornando em Foucault num biopoder. O biopoder é um conceito filósofo de poder, pois requer a compreensão de demarcações sutis de objetivação da subjetividade que é produzida por tecnologias de produção da verdade.

Esta noção de biopoder suprime toda naturalidade e olha o corpo como substrato das relações de poder. A análise genealógica de Foucault examina a via do biopoder no sentido de disciplinarização do corpo e sua consequente docilização pelas via das práticas de poder, tecnologias de verdade e submissão de dominação. Estas estão condensadas nas instituições e demais formas de sujeição normalizadora. A genealogia foucaultiana tem a intenção metodológica de escavar as práticas de poder que se estabelecem na vida e nos corpos. Estas acabam tornando os sujeitos socializados, apenas meros produtos em série, e isto se dá a partir de uma formatação que se traduz como uma espécie de discurso homogêneo. Então, damos continuidade a nossa argumentação focalizando a noção de método tanto em Foucault como em Agamben, pois objetivamos mostrar neste texto as continuidades e descontinuidades entre ambos os filósofos, que empreenderam esforços metodológicos na construção de ambas as metodologias de abordagem genealógicas.



## 2 DA PREMISSA INVESTIGATIVA GENEALÓGICA DE AGAMBEN RUMO À GENEALOGIA DE FOUCAULT

Na abertura do seu livro *“O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo”* (2011), o filósofo italiano Giorgio Agamben na seção que inaugura a obra e que é denominada de premissa, indica-nos que a meta de sua pesquisa se constitui em “examinar as formas, as razões e os porquês de o poder ter assumido paulatinamente no mundo ocidental o formato de uma *οικονομία*” (AGAMBEN, 2011, p. 9). Isso significa que, a *οικονομία* com o passar do tempo acabou se tornando uma prática de governo biopolítico da vida humana bem arquitetada. Tal pesquisa lançada por Agamben segue a senda intelectual que foi aberta pelas investigações do filósofo francês Michel Foucault, a respeito da questão da genealogia da governamentalidade. Porém, o pensamento de Agamben é ambicioso, pois tem a intenção de dar continuidade às investigações inauguradas pela pena foucaultiana. Para tanto, o esforço agambeniano se desloca para o âmbito que intenciona realizar a busca por compreensão dos motivos imanentes à reflexão do pensador franco, no sentido de desejar ter a noção clara do porquê de tais pesquisas não terem alcançado o seu devido termo. Podemos ver isto conforme argumenta Castro a este respeito:

As indicações do autor, contidas na “Premissa” com a qual se abre esse volume da série, buscam precisamente advertir ao leitor acerca dos alcances desses deslocamentos. Em primeiro lugar, assinala Agamben, essa investigação se situa na linha dos trabalhos de Michel Foucault. Isso responde fundamentalmente a duas razões. Por um lado, porque o autor retoma dois dos temas centrais de Foucault em seu último período: os conceitos de governo e de economia. A pergunta central de *O reino e a glória* é, de fato, por que o exercício do poder foi assumindo no Ocidente a forma de governo e de *οικονομία*? Por outro lado, porque a investigação que se propõe Agamben, como a que havia levado a cabo Foucault, enfrenta seus problemas em termos genealógicos (CASTRO, 2012, p. 106).



Agamben pondera que o eco indagativo teórico realizado no tempo presente tem o objetivo de se projetar a partir do tempo passado, por meio de uma gama de investigações que consiga o alcance necessário no conjunto de sua obra a respeito da genealogia teológica da economia e do governo. Isto se daria num sentido de algo que transcenda as fronteiras estabelecidas e ordenadas em termos de tempo e espaço presentes nas precedentes pesquisas empreendidas por Michel Foucault. Já que este pensador segundo a visão agambeniana, sobre a questão do método, não abordou em sua construção genealógica de forma consistente e ampla, tópicos ligados ao mundo da teologia cristã. O pensador italiano estabelece uma diferença fundamental diante do projeto foucaultiano, a partir do momento em que passa a orientar as suas investigações para o âmbito histórico constitutivo dos séculos iniciais da teologia cristã. Ao lermos as reflexões de Agamben sobre o problema da

genealogia teológica, podemos notar a sua preocupação em elucidar os desdobramentos históricos dos primeiros séculos do cristianismo na perspectiva do poder econômico. A partir disto recebemos uma gama de reflexões hermenêuticas agambenianas referentes à gênese, por exemplo, da primeira e hesitante formulação de um dos tópicos dogmáticos mais relevantes do cristianismo que se ergue como uma das categorias fundamentais do saber teológico ocidental entre todos os demais da dogmática cristã, a saber, o dogma trinitário que oferece a base para os desdobramentos do modelo de gestão pautado em “uma biopolítica da *oikonomia* e do governo que vem triunfando sobre qualquer aspecto da vida social” (AGAMBEN, 2011, p. 13).

O fato de Agamben localizar a questão do governo no espaço teológico da *oikonomia* trinitária não representa a noção de que o esforço empreendido em suas investigações. Quer seja o de proceder por meio de uma série de elucidações classificatórias e ordenadas de causas que concedam a disciplina teológica uma “espécie de protagonismo epistemológico exclusivista e determinante em função de ser a fonte categoricamente mais autêntica da questão que envolve a problemática aporética da economia e do governo” (AGAMBEN, 2011, p. 9). Para Agamben, a problemática se desenvolve a contrapelo desta possibilidade, pois o que o pensador deseja demonstrar é a oportunidade pela qual o dispositivo da *oikonomia* trinitária, acaba oferecendo a perspectiva de ser um campo de pesquisa singular para a tarefa de observação da movimentação e junção dinâmica que se dá, simultaneamente, de forma interna e externa no funcionamento da máquina governamental. Este funcionamento da máquina para Agamben acontece como um evento em que os instrumentos e as polaridades por meio das quais se articulam a máquina, acabam surgindo em um tipo de formato e tonalidade cabalmente paradigmática. Neste sentido escreve Agamben:

Situar o governo em seu *locus* teológico na *oikonomia* trinitária não significa tentar explicá-lo através de uma hierarquia das causas, como se à teologia coubesse necessariamente um papel genético mais originário; significa, ao contrário, mostrar de que maneira o dispositivo da *oikonomia* trinitária pode constituir um laboratório privilegiado para observar o funcionamento e a articulação – ao mesmo tempo interna e externa – da máquina governamental. E isso se deve ao fato de que nele os instrumentos – ou as polaridades – com que se articula a máquina aparecem, por assim dizer, em sua forma paradigmática (AGAMBEN, 2011, p. 9).



Sabemos que Agamben recebe profusa influência de uma multiplicidade de pensadores em sua reflexão filosófica. Uma destas heranças, certamente, é a do filósofo francês Michel Foucault com o método genealógico de investigação. A produção filosófica de Agamben em certa medida ostenta determinada “continuidade e algumas diferenças em relação à metodologia e as pesquisas do filósofo francês” (OLIVEIRA, 2010, 32). Logo, podemos nos perguntar: onde encontramos com mais precisão os aspectos de continuidade e descontinuidade em relação ao método no tange as pesquisas de Agamben e Foucault?

Claro que esta questão é complexa e existem variáveis interpretativas. Não é nossa intenção exaurir nesta breve abordagem, o problema do método em ambas as filosofias. Para darmos conta de alguns destes aspectos, tomamos como base para o tratamento desta questão uma espécie de análise comparativa entre as duas genealogias. Após estas considerações iniciais que fizemos acima sobre alguns aspectos em torno da premissa investigativa de Agamben, seguimos adiante no tratamento da questão do método de trabalho destes dois pensadores e das suas devidas distinções no que tange a reflexão filosófica dos mesmos em termos de método genealógico. Pois a postura genealógica de Foucault irá influenciar a construção genealógica de Agamben. Acerquemo-nos primeiro com o esforço de exposição sintética da visão panorâmica da proposta metodológica da genealogia de Michel Foucault no que concerne a alguns elementos de cunho biopolítico.

### 3 DA GENEALOGIA DE FOUCAULT PARA RELEITURA GENEALÓGICA DE AGAMBEN

Cabe observa que as aporias enfrentadas por Foucault no que diz respeito à questão da biopolítica, ganham proporções representativas nos seguintes cursos: “*Em defesa da sociedade*”; “*Segurança, território, população*” e “*Nascimento da biopolítica*”. Tais cursos reorientaram o olhar filosófico-político de Foucault. Porém, as investigações foucaultianas no que tange a biopolítica têm a sua gênese nos anos 70 onde “o filósofo trabalhou com a categoria que convencionalmente recebeu a denotação de analítica do poder” (CANDIOTTO, 2011, p. 37). No bojo desta categoria de analítica do poder, a preocupação de Foucault não se concentrou apenas na questão da definição do poder e do como se concebeu a sua operacionalidade ou os campos que o poder produziu e os efeitos que este gerou. O poder para Foucault não está centralizado unicamente ou é emanado de forma vertical desde o aparelho de Estado na direção de seus cidadãos. Anteriormente a isto, o poder se concretiza de uma forma transversal na reunião das práticas discursivas e fora das mesmas nos mais diversos sistemas sociais. Outro equívoco que Foucault aponta é o daquela noção que tenta identificar o poder, efetivamente, “na esfera do sujeito como se fosse possível ao sujeito deter o mesmo em diversos blocos em termos de herança ou contrato, pois são as estruturas sociais que formam o sujeito, e não o contrário” (MASCARO, 2010, p. 441).



Para o pensador francês o sujeito se constitui continuamente como resultado das relações de poder, quer seja em razão dos mecanismos disciplinares que o normatizam, constantemente, por causa de uma espécie de moral canônica, quer seja em razão de o sujeito se tornar uma espécie de objeto para si mesmo nos múltiplos casos de subjetivação. Isto pode acontecer desde o confronto agônico entre os poderes que envolvem o seu desejo e as potencialidades que abarcam a ânsia de liberdade. Na década de 70, Foucault foi duramente criticado por ter problematizado temas em torno da questão do poder longe da máxima que privilegiava uma espécie de paradigma teórico, em que poderia dar conta do exame do Estado moderno e dos elementos inerentes às figuras que se ocupam com os cargos de representação política. De forma anversa, o filósofo francês dirige as

suas ponderações sobre aquelas relações de poder dadas entre os agentes nas práticas sociais que dizem respeito à “formação daquilo que é taxado como anormal, delinquente, incorrigível e que, conseqüentemente, é encarado como loucura” (DUARTE, 2008, p. 5).

Estas questões dizem respeito ao surgimento dos saberes da modernidade, da moralidade social burguesa, da criminologia, da educação etc. Foucault demonstrou que não aconteceu uma espécie de progresso no campo do conhecimento no que diz respeito a um tipo de melhoramento dos sujeitos, o que aconteceu de fato é que os saberes atrelados às estratégias de poder, microcapilares, forjaram os elementos que paramentaram a normalização daquilo que se refere à relação entre os indivíduos modernos, no que pesa as aporias ligadas as identidades tornadas marginais, de corpos que são tratados em um tom de destituição da sua potência voluntarista e da docilização de suas almas com as técnicas disciplinares. Tratando desta questão escreve Foucault:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Em seus textos: “*Em defesa da sociedade*” e “*História da sexualidade I*”, as técnicas disciplinares foram reorientadas e refeitas. Logo, estas são compreendidas como anátomo-política do corpo humano que busca realizar o controle e a disciplinarização minuciosa e plural da vida humana. Conforme o desaguar destas pluralidades de poder nos corpos singulares, o que ocorre é que estes acabam sendo monitorados, treinados e instrumentalmente utilizados de modo fútil em vários momentos onde são severamente punidos. Ao lado da operação das disciplinas que produzem os corpos dóceis nas mais diversas instâncias da sociedade europeia com a sua moral burguesa, Foucault implementa uma genealogia de outra espécie que é a da tecnologia de poder que tem a tarefa de controlar e realizar a gestão da pluralidade da vida dos humanos, porém, com uma diferença sutil. A pluralidade é pensada a partir de aspectos ligados a massa global que sofre por causa dos processos de planejamento do conjunto que são dirigidos biopoliticamente a questão nuclear ligada a potência da vida. Tal tecnologia tem o seu funcionamento estribado num eixo operacional que considera a perspectiva dos mecanismos que fomentam a vitalidade e que atingem



o ser humano em sua condição de espécie. Para o pensador francês esta dinâmica é denominada de biopoder:

Ou noutra limite, vocês têm o excesso, ao contrário, não mais do direito soberano sobre o biopoder, mas o excesso do biopoder sobre o direito soberano. Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontroláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que, em contraste com o que eu dizia agora há pouco sobre o poder atômico, vai ultrapassar toda a soberania humana (FOUCAULT, 2010, p. 213).

A questão da individualização é tida como consequência da ação do poder disciplinar, que atinge os corpos e completa a construção da noção de população biologicamente gerida pela dinâmica do biopoder. O que sempre ocorre neste caso é a normalização da multiplicidade, isto é, se na sobreposição dos corpos acontece à operacionalização da disciplinarização de forma que os tornem produtivos, capazes e habituados às mais variadas práticas sociais, na tarefa de fazer a gestão da população, “o biopoder se constitui categoricamente numa espécie de técnica política que opera desde as diversas instâncias do Estado e institucionalmente é incumbida da administração da vida” (CANDIOTTO, 2011, p. 39). Cabe frisar que o mérito de Foucault foi o de identificar o processo de remodelação decisiva das práticas de poder na sociedade moderna. Pois, conforme o pensamento deste filósofo o poder da soberania no mundo ocidental tratou da vida e da morte de seus cidadãos num tipo de caracterização fundamental, onde o poder detinha a força de manter a vida ou de promover a morte. E o que garantia a efetualidade deste tipo de poder era a sua potência de retirar das pessoas aquilo que as mesmas tinham, de explorá-las seja no que tange aos seus bens materiais ou da mais-valia de seu trabalho corporal.

No mundo moderno ocidental, acontecerá um tipo de transformação aguda nas tecnologias de poder, de modo que a práxis extorsiva será substituída por práticas provocativas de consolidação do aspecto do controle, da vigilância, do aumento e da organização dos poderes capturados que são tornados subservientes. O poder do Estado se empenhará em realizar a gestão da vida em todos os seus âmbitos, isto é, gerando assim o poder produtivo, em tensão oposta ao poder negativo que se volta basicamente para a operação de fomentação da morte. Surge com isto uma espécie de poder que tem como meta central não mais produzir a morte, porém, atacar com ares de salutariedade cínica, impiedosamente a vida, quer seja a dos sujeitos em sua individualidade quer seja a das populações em sua coletividade. A partir destes pressupostos, temos o início daquilo que Foucault denominará explicitamente de biopoder, sendo algo que foi impulsionado pela mediação econômica:



Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade. Foram necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital. A articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento (FOUCAULT, 1999, p. 132-133).

É daí que advém a relevância da atenção que Foucault dispensa à questão do sexo e das práticas sexuais. Pois é neste âmbito que o pensador francês detecta a presença simultânea de duas tecnologias de poder, a saber, a das disciplinas e a do próprio biopoder. Foucault em certo ponto de suas pesquisas toma consciência de que a questão do sexo ao ser encarada como consequência dos dispositivos da sexualidade, acabou se transformando em um tipo de objeto de poderes e saberes que não objetivam apenas a gestão dos corpos individualizados, porém, “deseja governar desde a noção que se mostra como possibilidade de dominação, planificação, fomento expansivo de eventos estatísticos em termos de índices de natalidade, morbidade, longevidade, óbitos e trânsitos de pessoas no que tange a migração” (BARBOZA, 2013, p.11).

O dado técnico do biopoder coloca sobre a questão do sexo sua atenção, não apenas para que se faça a gestão disciplinar das práticas individuais, porém, o que se quer com isto é a realização da administração e o controle da vida de todo o corpo social. Deriva daí a noção de que há uma junção do biopoder e da disciplinarização na perspectiva das sexualidades marginais, como é o caso da sexualidade infantil. A sexualidade infantil recebe a aplicação do poder que acontece em razão das exigências de controle, contudo, o que aconteceu de fato como consequência disto “foram os efeitos que culminaram na disciplinarização das forças e na fragilização das vontades vitais tendo como meta a produção de sujeitos que sejam mais produtivos em sua vida laboral” (FERES, 2010, p. 43). O elemento que salta aos nossos olhos é o de que o sexo acabou se transformando



num campo de embates políticos.

O sexo é um elemento que denota que as disciplinas realmente vigiam, penalizam e normatizam os corpos conforme os valores morais e privados vigentes dentro de uma determinada sociedade. A partir disto é que o biopoder opera na gestão da vida da espécie segundo os interesses políticos estatais. É em meados da década de 70 que Foucault passa a ter a noção de que há uma duplicidade de ângulos dos mecanismos modernos de poder, e isto no que diz respeito à vida dos corpos e da população, ou seja, no âmbito da individualização e da totalização condizentes às massas. Esta operação está localizada entre o corpo e a vida da espécie humana, pois a atenção que é dada a planificação das consequências referentes às condutas sexuais acabou resultando na gênese de saberes até então não praticados, tais como as estatísticas, a demografia e a medicina social que em muitos casos trabalham em benefício dos órgãos políticos modernos como é o caso do Estado e todo o seu aparato governamental.

Com esta investida epistemológica de cunho político é que se identifica no sexo o núcleo das lutas políticas em volta da vida que é gerida e dos corpos disponíveis. Foucault trata de uma série de aporias referente ao aparelho estatal. A atenção dada à vida individual e social modificou a inédita formatação das políticas desde a constituição dos estados nacionais a partir do século XVIII, conforme o objetivo funcional que se centra na segurança da vida da população. Têm-se nas disciplinas a operação dos dispositivos de fragmentação especial dos indivíduos e a gestão detalhada de seu tempo. Na práxis do biopoder temos a ação dos dispositivos de segurança do aparato de Estado que controlam os riscos no que diz respeito à vida da espécie. Em razão disto o biopoder remete à questão da biopolítica.

Na perspectiva da genealogia foucaultiana do poder tem-se um forte acento na questão que envolve os micropoderes disciplinares. Como pudemos ver acima, a problemática se centra na administração do corpo individual. Esta empreitada desemboca na construção de uma filosofia política pautada na questão do biopoder e da biopolítica. Este tipo de construção demonstra que houve uma nova maneira de exercer o poder soberano, que tem a sua gênese entre a transição do século XVIII para o XIX, cuja meta não era mais a fomentação da vida de um indivíduo dócil, porém, “a administração calculista da vida da população e de certo tipo de estrutura social que oferecesse resultados a partir de seu labor” (MUCHAIL, 2004, p.53). É na investigação sobre a história da sexualidade que o pensamento foucaultiano afirma a realidade do biopoder na perspectiva de exame dos dispositivos da sexualidade, ou seja, a sexualidade seria forjada pela produção de discursos pretensamente científicos e morais, fundamentados na vontade de saber, no parâmetro da normalização e da obsessão de enfraquecer e expurgar a anormalidade.

Com o advento do século XIX, o poder do Estado implementa uma série de políticas de higiene, pois por meio destas seria possível salubrificicar o corpo da população, limpando esta de suas infecções internas. Foucault com o seu método de leitura genealógico acerta em cheio no que diz respeito às pretensões iluministas de elogio destas políticas de administração das circunstâncias vitais da população. O filósofo expõe a luz o entrelaçamento



entre as políticas higienistas, de eugenia, racismo e genocídio, pois ele compreende que desde estas operações biopolíticas, onde a vida passa a ser o predicado político especial do Estado, em razão do cuidado que este aparelho governamental tem com esta e o seu interesse referente aos resultados biopolíticos previamente estabelecidos. O que vem a reboque com esta perspectiva é uma série de exigências permanentes e crescentes de um processo de morte em massa, pois é somente com o contraponto da violência expurgadora que “se consegue fazer garantidamente de forma qualitativa e quantitativa os melhores meios de sobrevivência de determinadas populações que se mostram como estatísticas garantidas de produtividade” (FONSECA, 2003, p. 52).

Dentro de nossa reflexão queremos pontuar o aspecto da continuidade e descontinuidade em termos de método de pesquisa filosófica que Foucault empreende e a sua influência sobre a metodologia de trabalho investigativo de Agamben. Foucault exerce uma influência forte sobre o pensamento de Agamben, isto é algo que já aparece em sua primeira obra do projeto *Homo Sacer*. Porém, tal influência foucaultiana não ocorre apenas no que tange à questão do método de pesquisa agambeniano, que acaba por assumir um caráter genealógico e paradigmático. Mas, diz respeito também à questão central que o filósofo se vale para conceituar suas proposições a respeito das categorias de vida nua e o poder soberano. Agamben em suas investigações torna-se um devedor do tratamento que a filosofia foucaultiana deu “a política estatal que se transforma em uma questão de biopolítica” (AGAMBEN, 2010a, p. 11-12). É fato que Agamben reconhece que sem as pesquisas de Foucault e também de Hanna Arendt as suas investigações não seriam possíveis. Entretanto, é pertinente tecer um destaque indicando que o fato de Foucault limitar-se a localizar a perspectiva do biopoder em um campo histórico, determinadamente específico, a qual tem a sua gênese no mundo ocidental desde o período referente ao século XVII, “não deu conta de outros ângulos desta aporia ligada à prática da governamentalidade” (BAZZANELLA; ASSMANN, 2012, p. 63). Agamben entende que Foucault foi preciso em sua análise ao denotar que os acontecimentos centrais ocorridos no seio da modernidade no Ocidente, foram o da vida natural nos seus procedimentos de cálculo do poder estatal. Porém, o filósofo francês não teve a argúcia de perceber que isto tem uma relação com um tipo muito mais extenso do processo histórico de desenvolvimento no mundo ocidental.

Para Agamben qualquer tipo de investigação deveria exercitar certa prudência genealógica. É pela via metodológica de um amplo levantamento genealógico da vida nua que Agamben começa a forjar o seu pensamento político filosófico. O filósofo italiano segue a clareira genealógica aberta por Foucault em anos precedentes a respeito da biopolítica. Em seu *Homo Sacer I*, Agamben defende a noção que é central em sua obra, ou seja, de que a vida nua é fomentada originalmente pelo poder soberano. Agamben ao se deparar com a metodologia de trabalho biopolítico de Foucault acaba reorientado a sua forma de trabalhar o problema da vida humana por meio de sua genealogia. O filósofo italiano que já tratava de questões ligadas à vida humana antes deste encontro decisivo, acabou fazendo uma (re) leitura da noção foucaultiana de biopolítica.



Agamben reflete sobre o labirinto que abarca o poder soberano, a vida nua e a biopolítica na constituição histórica do mundo ocidental, pois para a sua reflexão filosófico-política, tal postura teórica é substancialmente relevante para uma leitura ontológica da política do tempo presente. A partir daqui entra em ação a sua teoria hermenêutica das assinaturas que na esteira dos tratados renascentistas e barrocos, se mostra como um articulador metodológico fundamental de trabalho em meio às teorias semióticas, linguísticas, psicanalíticas, de magia e história da arte que visam trazer à luz aquilo que estava oculto e que ainda não tinha sido tematizado. Eis aí a importância de voltarmos especificamente a nossa atenção para filosofia de Agamben no que com cerne ao tratamento em síntese do tema metodológico das assinaturas como signos operativos de realidades repletas de sutilezas.

#### 4 SOBRE O MÉTODO EM AGAMBEN: AS ASSINATURAS COMO SIGNOS OCULTOS DE UMA REALIDADE OPERATIVA

O método de trabalho filosófico de Agamben certamente está próximo do empreendido por Foucault como estamos vendo. No próprio livro *“O reino e a glória”* o autor deixa isso bem claro ao aplicar o método genealógico e paradigmático que Foucault também utilizou em suas investigações. Mas, o filósofo francês realizou as suas investigações em múltiplos campos do saber, porém, Agamben frisa que “Foucault deixa não se aprofunda numa genealogia teológica”. (AGAMBEN, 2011, p. 9). Existem diferenças de método entre os dois pensadores, e tais são deveras difíceis de ser identificadas precisamente e Agamben reconhece isto. Em seu livro *“Signatura Rerum sobre o método”*, de 2010, temos presente à exposição de suas perspectivas hermenêuticas de trabalho: (i) o paradigma, (ii) a arqueologia e unida a estas, (iii) a noção de assinatura. Neste livro, Agamben escreve que o seu pensamento é exposto como uma espécie de interpelação a respeito do método de Foucault de quem ele tem aprendido bastante nos últimos anos na escrita de seus trabalhos filosóficos. Apesar disto Agamben é modesto e deixa para o juízo de seus leitores “avaliarem o que seja propriamente dele nesta empreitada filosófica e o que seja de Foucault e ainda aquilo que é de ambos” (AGAMBEN, 2010b, p. 9-10).



Entrementes, Agamben segue explicando em seu livro sobre o método que a sua leitura da obra de Foucault parte da premissa a qual ele aprendeu com Benjamin, ou seja, a de que o pensamento de certo autor só pode ser explicitado genuinamente na perspectiva de um esforço hermenêutico do mesmo. Logo, temos que destacar que a leitura que o filósofo italiano faz sobre a obra de Foucault, é algo de singular e se constitui como uma legítima possibilidade de interpretação da filosofia foucaultiana. Um ponto de contato entre o pensamento de Agamben e o de Foucault se expressa na questão metodológica que diz respeito à genealogia, pois para ambos este é o único viés que possibilita o acesso a uma ontologia do presente. É a partir desta noção que Agamben trabalha com dois campos de investigação que Foucault não deu a devida atenção minuciosa, a saber, “os campos do

direito e o da teologia que se estabelecem como temas de seu programa de pesquisa até o presente momento no chamado projeto Homo Sacer” (ALVAREZ, 2003, 131).

Para Agamben como podemos encontrar explicitado em “*O reino e a glória*”, algo que faz parte do projeto mencionado acima, é o fato de que o filósofo italiano nos oferece um tipo de esforço filosofante de compreensão da situação do Estado moderno. Aqui entra em jogo a questão da secularização que age no sistema conceitual moderno como uma espécie de assinatura que conduz a questão da teologia. Sendo assim, vem à baila a necessidade urgente e fundamental de implementação de uma genealogia que não vá apenas até a raiz de conceitos, porém, que faça um movimento investigativo de busca por assinaturas que venham a executar e transmutar o devido traslado dos conceitos e dos signos de um espaço para o outro. Neste sentido, requer-se que se faça a passagem dos significados do sagrado para o profano, pois assim poderá colocá-los às avessas, mas sem a pretensão de dar-lhes uma nova redefinição semântica.

Como sabemos Agamben recebe uma forte influência de vários autores na construção de seu pensamento filosófico e, neste ponto de sua construção teórica ele segue a influência especificamente da linha de pensamento schmittiana e benjaminiana, cabe frisar que ambas as perspectivas carregam as suas devidas distinções no que tange a compreensão deste assunto, mas o ponto que lhe serve aqui é o fato de que “ambas pensam que a teologia ainda mantém a sua presença e relevância ativa no seio do Estado moderno” (OLIVEIRA, RIZEK, 2007, p. 329). Isto quer dizer que é plausível inferir que há um liame coerente entre a identidade e a significatividade das categorias conceituais da teologia e dos conceitos políticos. Logo, a conclusão é a de que os conceitos políticos preservam uma gênese no campo da teologia. O estudo da metodologia agambeniana de trabalho filosófico nos auxilia a obtermos uma melhor compreensão do conteúdo de “*O reino e glória*” e, a partir deste texto, da relação existente em termos de método genealógico no que tange as suas obras anteriores. Pois esta é a razão de aqui estudarmos algo a respeito desta questão ligada às assinaturas, pois este é um elemento que Agamben trabalha com propriedade em sua obra ao refletir sobre a questão do seu método de trabalho filosófico em várias direções.

A respeito do conceito de assinatura presente em “*O reino e a glória*”, a sua importância está marcada naquela ligação que se dá frontalmente entre esta categoria e a noção da secularização. Este tema foi tematizado ao longo da década de 1960 num intenso debate na Alemanha entre os pensadores Karl Löwith, Carl Schmitt e Hans Blumenberg. Neste sentido argumenta Agamben:

A discussão estava viciada pelo fato de que nenhum dos participantes parecia ignorar o fato de que a noção de secularização não era um conceito, o que estava em questão era a identidade estrutural (Schmitt 19) entre conceituação teológica e conceituação política (esta foi à tese de Schmitt) ou descontinuidade entre a teologia e a modernidade (era contra Löwith, a tese de Blumenberg), mas um operador estratégico cristão, que marcou os conceitos políticos para encaminhá-los para a sua origem teológica. A



secularização age assim no sistema conceitual da modernidade como uma assinatura, que se refere à teologia (AGAMBEN, 2010b, p. 102).

Em razão disto, Agamben postula a noção de que a secularização age na malha conceitual da modernidade como uma espécie de assinatura que a remete à teologia. Agamben nos oferece o exemplo do direito canônico, que previa o seguinte: aquele sacerdote em situação secularizada tinha que carregar consigo um signo daquela ordem à qual ele fazia parte. Desta forma o conceito de secularização demonstra a sua assinatura em seu ato de traslado para a área da teologia. A maneira como se é compreendida a alusão obrada pela assinatura teológica se torna sempre crucial. Neste sentido, podemos compreender a secularização como um subsídio singular da fé cristã, que de forma inédita escancara para o ser humano o universo em sua mundanidade e na qualidade daquilo que é histórico. A assinatura teológica age nesta ocasião como uma sorte enganosa ou ilusória. E, nesta perspectiva, a secularização do mundo transforma-se no sinal de sua importância em relação a uma οἰκovoμία divina.

Outrossim, para Agamben uma assinatura se constitui como algo que, em um determinado conceito ou signo, imprime um tipo de marca que excede os conceitos e signos no intuito de levá-los a certa situação hermenêutica ou a determinado espaço, não se retirando, porém, do espaço semiótico para construir um conceito inédito ou até um novo significado. Então, a ciência das assinaturas conforme a reflexão agambeniana, se desloca ao lado da história das ideias, contudo, não pode ser confundida com a mesma. E muito menos é um tipo de “movimento de registro dos mais variados e diferentes significados assumidos por certa terminologia no decorrer de sua história intelectual” (AGAMBEN, 2011, p. 16). Fica muito mais explícita a intenção de explorar genealogicamente os seus estratos de sentido até então obnubilados, de forma que a tarefa seria a de reerguimento daquela jornada que envolveu a sua transferência na condição de conceito, plataforma ou ainda de um campo semântico que envolve certos sentidos para outro campo de significados.

Enfim, a continuidade e a descontinuidade em termos de metodologia de pesquisa filosófica presente entre os pensadores, isto é, quer seja em Agamben ou em Foucault é um problema bastante complexo que não pretendemos exaurir como já sinalizamos neste artigo. Cabe ainda frisar que o método agambeniano é complexo, controverso e se constitui como um caminho onde se intenta buscar, rastrear e delinear a gênese e desdobramento dos conceitos em sua larga escala, é nisto que consistem as formulações conceituais de suas assinaturas, até que se retorne ao momento pontual em que estas noções originariamente se forjaram como operacionais em termos e modos de discursos que são legitimados e organizados. Logo, “esta metodologia de trabalho é certamente devedora de forma forte da noção foucaultiana de inteligibilidade discursiva” (WATKIN, 2013, p.39).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fecharmos este texto ponderamos que na metodologia filosófica de Agamben, temos a questão pautada no dado de a sua genealogia mesmo sofrendo e sendo chancelada pela forte influência foucaultiana, não deixa de ser deveras contestada. Porém, a consistência de seu método de trabalho busca traçar o movimento de resgate da gênese de conceitos de ampla escala, como é o caso das assinaturas. Estas nos remetem ao intenso retorno daquele momento em que estes princípios iniciais começaram a se tornar operativos nos moldes de discursos de legitimação e organização da vida. Esta postura da Agamben, por certo, é devedora de uma forma forte da concepção de Foucault na linha de sua construção teórica ligada ao conceito de inteligibilidade discursiva. Por meio desta noção de inteligibilidade discursiva, ou como Agamben prefere chamar de comunicabilidade, não importa exatamente os termos de significado daquilo que é dito, muito além de dizer isto ou aquilo, o que importa é o que pode ser legitimado pelas sanções do poder e por nossa cumplicidade com tais ações. Para Agamben, não são os momentos de ascensão das origens fundamentadas dos dados históricos no sentido hodierno que tem autoridade, porém conforme expõe Benjamin, inspirados pelo tempo de agora, que tem o poder de desvelar coisas sobre nós como viventes do tempo de hoje, assim como sobre a gênese histórica é o que se faz mais relevante.

A genealogia tem a força de fundar o princípio fundamental, “sem deixar de lado a noção de que tal princípio é o resultado da construção de nossos discursos atuais que tem uma origem fundante” (WATKIN, 2013, p.40). Em Agamben o passado não apenas está personificado e vivo no tempo presente, porém, o presente é uma construção contínua do passado e aqui entra em curso a ideia de operatividade na sua genealogia teológica. Esta tem a tarefa de tecer uma ontologia do presente. Assim, a temporalidade é atingida por um anacronismo substancial, pois os eventos passados são projetados no tempo presente e o tempo presente é entendido como um constructo do tempo passado em termos genealógicos. Agamben nos ajuda a entendermos melhor o por qual razão as pesquisas genealógicas de Foucault se concentraram na “operatividade do poder, pois este tem a meta de governar a vida dos seres humanos” (AGAMBEN, 2011, p. 9). Por esta razão, temos nas pesquisas de Foucault a construção de uma genealogia da governamentalidade. Agamben pretende avançar nas pesquisas inauguradas por Foucault, pois o que entra em disputa não são mais os limites cronológicos presentes na genealogia foucaultiana. Mas, o lugar geográfico de nascituro das primeiras formulações no cristianismo primitivo da doutrina de gestão da vida humana, ou seja, e aqui falamos da doutrina da economia trinitária como um dispositivo que tem de ser compreendido em seu funcionamento e articulação, simultaneamente, de um modo endógeno e exógeno, pois assim teremos o constructo de uma metodologia genealógica referente à máquina governamental de poder biopolítico, que metodicamente tenta anular com a sua força perversa a potência de não imanente a vida humana.



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O pode soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Signatura rerum. Sobre el método**. Traducción de Flávia Costa y Mercedes Ruvituso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010b.

\_\_\_\_\_. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2**. Tradução Selvino Jose Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVAREZ, C. Marcos. **Giorgio Agamben e o Homo Sacer**. Revista Mediações, Londrina, v.8, n.1, p.131-134, jan/jun.2003.

BARBOZA, H. HELOISA. **A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade**. Caderno IHU Ideias, São Leopoldo, ano 11, n. 194, p. 3-20, 2013.

BATISTA, William José. **A superfície inacessível: fundações do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2007.

BAZZANELLA, S.L; ASSMANN, S.J. A Máquina/ dispositivo político: a biopolítica, o estado de exceção, a vida. In: LONGHI, A.J. (Org). **Filosofia política e transformação**. São Paulo, SP: LiberArs, 2012.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: biopoder, biopolítica e governamentalidade. In: NEUTZLING, Inácio; RUIZ, Castor Bartolomé. **O (des) governo biopolítico da vida humana**. São Leopoldo: Leira, 2011.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência**. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. São Paulo: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. O poder e a vida nua: uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben. In: NEUTZLING, Inácio; BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M.M. (Orgs.) **O (des) governo biopolítico da vida humana**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

DUARTE, M. André. **“De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica” Porto Alegre Fenomenologia Hoje III - Bioética, biotecnologia, biopolítica** (2008) Disponível em: < [http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=andre\\_duarte](http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=andre_duarte)>. Acesso em: 01 jan. 2016.

FERES, Júnior, João. **Teoria política contemporânea: uma introdução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FOLSCHEID, Dominique, WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Tradução Paulo Neves. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

DECOTHÉ JUNIOR, Joel. **Sobre o Método**. p. 59-75.



FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis. Tradutora Ligia M. Pondé Vassallo Vozes, 1987.

MASCARO, A. Leandro. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010.

MUCHAIL, T. Salma. **Foucault simplesmente: textos reunidos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OLIVEIRA, Cláudio. **A herança foucaultiana de Agamben**. CULT – Revista brasileira de cultura, São Paulo, Dossiê Edição Especial: Filosofia Francesa Contemporânea, ano 13, p. 32-35, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, S. Cibele. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

STEIN, Ernildo. **Uma breve introdução à filosofia**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

WATKIN, Willian. **Agamben e a indiferença**. CULT – Revista brasileira de cultura, São Paulo, ano 16, n. 180, p. 39-41, 2013.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



DECOTHÉ JUNIOR, Joel. Sobre o Método: Continuidade e descontinuidade entre as genealogias de Giorgio Agamben e Michel Foucault. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2017, p. 59-75.

Recebido: dezembro de 2016.

Aprovado: abril de 2017.